

(L.U.A.R.)

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA PODER AOS TRABALHADORES



1 - Vivemos um período importante e decisivo para o futuro do nosso país. É banalidade repeti-lo.

O 25 de Abril veio despoletar e dar nova dimensão à crise latente no capitalismo português e cujos sintomas há muito eram detectáveis e se reflectiam no próprio aparelho de domínio fascista.

Com a segunda grande guerra, principiara o fim do sistema económico autárquico e agrário que fundamentava o corporativismo salazarista. Com o início da guerra colonial, com a emigração maciça para a Europa, com a consolidação dos grandes grupos de poder económico, acelera-se a necessidade de abertura a capitais externos e de integração europeia.

Nos últimos anos do consulado de Salazar começaram a fazer-se ouvir, entre a alta finança, as vozes daqueles que defendiam o ajustamento urgente do aparelho de Estado à nova realidade socio-económica. Tal facto teve a sua expressão mais acentuada com Marcelo Caetano e com a sua conhecida utilização da chamada equipa de tecnocratas.

Porém, a existência de diversas camadas da classe dominante ainda profundamente ligadas, não são a um tipo de exploração contraditório com o da burguesia europeizante, mas também aos privilégios, à corrupção, aos compadrios, ao caciquismo, fundamentados no estilo de governação salazarista tradicional, impediram a viabilidade do projecto "renovador" de Marcelo Caetano.

A ruptura surgida com o 25 de Abril explica-se, pois, estes factores, sendo também fundamental o acelerar das contradições no seio do exército, pilar do aparelho de Estado tradicional, provocado pelo impasse militar a que se chegara nas colónias.

2 - Pode-se, sumariamente, considerar que todo o evoluir da situação política portuguesa a partir dessa data tem continuado a ser marcada pelas linhas de força determinantes da fase de luta de classes já anteriormente detectada, mas agravada pelos novos condicionalismos.

Expliquemo-nos :

Por um lado a burguesia europeizante, profundamente ligada ao capitalismo internacional, através de um partido como o P.P.D., tem tentado impor a sua hegemonia e o estilo de governação de que necessita, recorrendo a pressões de carácter, por enquanto, legal. A expressão deste facto vai desde a lei de greve ao "golpe de estado" palaciano de Palma Carlos.

Por outro, as outras camadas dominantes a que fizemos referência, afastadas de uma participação directa no centro do poder, têm jogado ao nível da "subversão" nas diversas zonas do país que continuam a controlar. Atingindo esta acção um climax conjuntural, quando o eco favorável à mesma encontrado na pessoa do General Spínola, lhes permitiu a célebre aventura do 28 de Setembro.

Estas camadas tiveram expressão partidária nos Partido Liberal, do Progresso e outros e têm agora, no renascido em força Partido da Democracia Cristã e no C.D.S.

De notar, que esta demarcação não é tão rígida na prática. Tanto mais, que dadas as circunstâncias e as características do nosso país, a base social e económica sobre a qual assentam, e que é influenciada por estes partidos citados e pelo P.P.D., muitas vezes se interpenetra e confunde.

Entretanto, a suspensão do P.D.C., a que nos referimos mais adiante, não virá alterar o que atrás dizemos.

3 - Mas outro aspecto convém desde já sublinhar, na medida em que o mesmo é fundamental para a análise que queremos fazer.

É que, considerando o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em Portugal, a crise geral do sistema capitalista e a consequente fase de ascenso e combatividade do movimento de massas, neste país não é possível a instauração de uma democracia burguesa de carácter tradicional e "ocidental".

Os interesses das camadas dominantes da burguesia, a sua necessidade de acumular capital para a concretização do plano desenvolvimentista necessário à integração nos circuitos internacionais, exige um Estado intervencionista, não em termos de impulsionador do sector público, mas sim de fomentador da iniciativa privada. Tal Estado, necessita, logicamente de um aparelho repressivo que se manifestará numa lei de greve igual ou semelhante à que existe, num sindicalismo colaboracionista e um sector policial eficaz.

Donde, e considerando sempre o estágio actual de luta de classes, esse mesmo Estado tenderá a tornar-se fascista ou fascisante, se bem que qualitativamente diferente do que caracterizou o antigo regime.

4 - É na base desta análise que consideramos inviável de realizar qualquer tipo de estabilidade à solução de compromisso procurada com o Programa Económico, dito, do ministro Melo Antunes. Com o mesmo, mais não se procurará fazer senão, ingloriamente (e decerto tragicamente), tentar adaptar uma super-estrutura jurídica a uma infra-estrutura económica que lhe não corresponde.

Isto é, na base de um pretense realismo político, pretende-se conciliar o inconciliável, como se fosse possível colocar entre parenteses a luta de classes e em nome de uma "via socializante", boa para fins eleitorais em país industrializado e estável, consegue-se, objectivamente, defender o sistema, mante-lo e reforçá-lo.

Mas sejamos mais claros :

Em nome do "realismo" justifica-se a impossibilidade do "socialismo" em Portugal, com o argumento de que seria "socializar a miséria". Tal argumento utilizado até por certos personagens "socialistas", quer-nos fazer convencer de que os profundos desajustamentos e injustiças da nossa sociedade, só podem imediatamente ser resolvidos através da manutenção e desenvolvimento do sistema.

Ora nós até já vimos dada a situação do país, a única forma pela qual esta manutenção é possível.

Basta olhar o mundo à nossa volta para ver o falacioso da questão e comparar a China com a Índia ou Cuba com os demais países da América Latina. Situados numa determinada época, ao mesmo nível de desenvolvi-

mento, só o rompimento radical, dado pela revolução socialista, com os entraves e distorções de toda a ordem, veio transformar a realidade dos países onde isto aconteceu, distanciando-os e diferenciando-os dos outros em que permaneceram todas as injustiças, desigualdades, contradições do capitalismo e da sujeição ao imperialismo.

Outro argumento, é o da necessidade de ter em conta as genericamente chamadas classes médias, dada a sua importância em termos sociais, as quais não estariam mobilizáveis para as fileiras da revolução.

Ora, segundo nós, é claro que em termos eleitorais, essas classes representam um potencial político para a direita. Porém - e a história tem-nos demonstrado - querer conduzi-las para uma prática reformista através do célebre anti-monopolismo é, simplesmente, insistir em erros que os trabalhadores virão a pagar caro. Porque é impossível recuar no tempo para fases anteriores de desenvolvimento do sistema, tentando recriar um paraíso capitalista onde a concentração do capital não tivesse atingido a dimensão monopolista. E, por outro lado, nada lança tão facilmente essas classes para os braços da subversão reaccionária, do que as pretensões intervencionistas do Estado que não se integrem numa transformação profunda das estruturas sociais e económicas.

Só esta conseguirá dar a essas classes novas perspectivas e integrá-las harmoniosamente num novo sistema.

Um terceiro argumento é correntemente empregue até por representantes de um P.S. que assim mais uma vez denuncia o seu enfeudamento a interesses que não são os nacionais, aquele que nos pretende mostrar como fatalmente presos à Europa, dependentes da Europa e por esta condicionados.

É nesta medida que o próprio Programa Económico defende a consolidação e a manutenção das relações existentes com a O.C.D.E., a F.F.T.A., a C.E.E.. Isto significa, pura e simplesmente, manter as nossas relações de dependência, como se, para além de mais, nós pudéssemos ter condições para, em pé de igualdade, nos sentarmos lado a lado com os ricos do mundo.

Esses organismos e outros internacionais, através da sua actividade, mesmo que eventualmente expressa em ajudas que nos cheguem, são utensílios nas mãos das burguesias respectivas que nada fazem sem contrapartida, que não encaram as relações, sobretudo com um parceiro pobre como nós, sem ser em termos de dominação e de exploração.

Resta-nos, assim, não nos iludirmos pelos cantos de sereia daqueles que aqui representam os diversos interesses estrangeiros.

A única solução de garantia da nossa sobrevivência económica, sem perda da independência nacional, está no estreitar e estabelecer relações justas e fraternais, a todos os níveis, com as nossas ex-colónias e com os demais povos do chamado "terceiro mundo" que conosco lutam contra o inimigo imperialista comum e percorrem o caminho da libertação e do socialismo.

5 - Com os acontecimentos do 11 de Março e com as suas consequências, houve ao nível das tomadas de posição verbais, uma pequena oscilação à esquerda que fez, em determinadas circunstâncias, que o termo "socializante" fosse substituído por "socialismo".

Tal demonstra ainda e simplesmente a necessidade de acompanhar a radicalização da conjuntura e de integração no contexto.

Mas houve, na realidade, a nacionalização da banca e dos seguros.

É claro que considerando as características da nossa economia, tais medidas serão, na verdade importantes, se se integrarem dentro de uma estratégia mais ampla de socialização dos meios de produção. E isto porquê ?

Primeiro, porque nacionalização não quer dizer socialização e socialismo. Citemos assim dois exemplos diferentes :

Na França, logo após a segunda guerra mundial, a banca foi nacionalizada, o mesmo acontecendo actualmente noutros países da Europa. E nestes países altamente industrializados e desenvolvidos o que se pretendeu com esta e outras medidas como a da nacionalização total ou parcial de certos sectores de indústrias de ponta ? Criar um sector estatizado que permitisse e possibilitasse uma maior racionalização do sistema capitalista, gerido por um aparelho de Estado porta-voz do capital financeiro que entretanto subsiste e domina, apoiado pelo capitalismo internacional. Portanto, racionalização, planeamento, gerência estatal mais directa, para que se atinjam maiores índices de produtividade e de exploração. De uma forma mais racional e mesmo que indirectamente através da sua administração em certos sectores, o capital domina e alimenta o modo de produção-exploração capitalista.

Mas com outras características e com mais interesse para nós, podemos ainda citar o caso do Chile. Aqui, o Governo de Unidade Popular havia nacionalizado a banca e as grandes empresas (nacionais e estrangeiras). Ora, como se sabe, tal não evitou que as classes detentoras do muito que ainda ficaram como propriedade privada, isto é, a pequena e média burguesia (comerciante, industrial, transportes, comércio, profissões liberais), através dos seus partidos que continuavam legais e apoiados pelo imperialismo, fomentassem o caos económico e político.

Queremos com isto, mais uma vez, demonstrar que não é possível construir um socialismo a metade. Assim, as nacionalizações realizadas não podem ser encaradas pelos revolucionários senão considerando o que atrás dissemos. O capitalismo em termos sociais e económicos continua a existir em Portugal, importantes grupos económicos ligados ao imperialismo e dezenas de milhar de empresas. Se as nacionalizações não forem o primeiro passo para a sua destruição completa, fortalece-lo-ão, pelo contrário, ou, noutra perspectiva, não conseguirão evitar e impedir a subversão reaccionária das classes possidentes e privilegiadas.

6 - Mas um dos resultados do acontecido no 11 de Março, foi o acentuar de uma tendência que há muito já havíamos notado até pela sua transparência.

Isto é, o caminhar-se dando cada vez mais passos mais rápidos - e as medidas económicas tomadas poderão integrar-se nesta perspectiva - para um capitalismo de Estado de carácter populista, sob governação peruano-bonapartista.

A principal força do reformismo, o P.C.P. tem favorecido e jogado nesta estratégia, tentando a todo custo garantir a sua hegemonia, assentando os seus canhões sobre a esquerda revolucionária e sobre o P.S., procurando o momento em que a ruptura com este partido e o P.P.D. será possível. Criar-se-ia assim, uma bipolarização militares P.C., mesmo que à sua volta existisse o satélite M.D.P./C.D.F. e entretanto gravitasse o M.F.S. e a F.S.P. incapazes de impor uma alternativa dada a relação de forças existente com os "comunistas".

E esta bipolarização é tanto mais possível quanto existem pontos de convergência - para além de polos de influência directa - com certos sectores do M.F.A. a quem seduz a disciplina e organização do P.C. com os quais ainda coincide, a sua perspectiva centrista de capitalismo estatal, fortemente centralizado num aparelho que garanta a ordem e abafe, até poder, , as contradições que se irão agravando.

O P.C.P., nas circunstâncias do nosso país, em que não é possível a prática de uma política parlamentar integrada no jogo democrático burguês, só pode delinear como estratégia, aquela que atrás definimos, que aliás se integrará, não só na política global da União Soviética, como no seu conceito anti-marxista e cupulista de "socialismo".

7 - O P.S., depois do seu Congresso e da cisão que originaria a F.S.P., caiu mais claramente do que nunca na social-democracia e toda a sua política recente é a prova evidente das pressões a que é submetido pelo capitalismo europeu.

Opondo-se à hegemonia do P.C. e correspondendo a essas pressões, tem-se lançado numa violenta campanha anti-comunista, com a qual tem conseguido uma importante clientela entre as pequena e média-burguesia, assim como entre as camadas populares mais vulneráveis a essa campanha. Facto este que se irá traduzir num bom resultado eleitoral.

Nesta óptica, tem tentado por todos os meios conduzir o processo para um parlamentarismo burguês, opondo-se, inclusivamente, à institucionalização do M.F.A. e ao controlo do mesmo sobre o aparelho de Estado, lançando-se numa cada vez mais aberta colaboração com o P.P.D., única força com a qual poderá garantir uma distribuição de poderes favorável à sua política de manutenção do sistema e de predomínio da burguesia.

8 - Nesta análise sumária que pretendemos fazer da situação portuguesa, não podemos descurar um aspecto que consideramos importante.

Trata-se das características que tomam no nosso país a extrema esquerda e da esquerda revolucionária.

Estas atingem, apesar do seu fraccionamento, uma dimensão e o seu campo político real e potencial tem uma importância que as não pode fazer confundir com as demais existentes na Europa.

A situação do nosso país, a agudização das contradições e da luta de classes, explica-nos tal facto. Assim, a actividade de certas organizações nesses campos incluídas, insertas numa movimentação revolucionária de massas que ultrapassa aparelhos reformistas e sindicais, permite e explica factos, como o da manifestação de 7 de Fevereiro, e inclusivamente a preponderância que essas forças ou as suas posições e perspectivas gerais têm conseguido em sectores de ponta da economia.

Tal facto explica toda uma campanha fomentada e explorada pelo P.C., que, como é natural, encontra eco em sectores militares. Ambos desejando controlar o processo e impedir que prossigam as diversas ultrapassagens de que têm sido vítimas pela dinâmica revolucionária.

Isto teve a sua primeira expressão concreta na suspensão da A.O.C. e do M.R.P.P. que mais não é senão o primeiro passo para a sua ilegalização. Apesar do juízo que tecemos sobre estas duas organizações, consideramos grave pelo precedente aberto e porque assim se principia a delimitar, mais estreitamente, o campo legal de actividade dos movimentos da extrema-esquerda e da esquerda-revolucionária.

Porque será ainda em nome da ordem e da democracia que se tentará manter o processo no centrismo procurado e sustentar aqueles que ultrapassam esta perspectiva.

9 - Os acontecimentos de 11 de Março mantêm ainda, na data em que escrevemos, toda uma série de aspectos deveras obscuros.

No entanto, já diversas vezes afirmámos de que antes das eleições, diversos factos importantes poderiam acontecer.

Uma estratégia da tensão se evidenciara de uma forma mais aguda sobretudo a partir do que se passou em Setúbal. Na verdade, têm-se provas concretas e elementos suficientes para se afirmar que tudo o que se passou foi fruto da conivência e da preparação prévia, entre os caciques locais do F.P.D. e a polícia.

Interessava - como interessa - à burguesia, a criação de um clima de instabilidade e de violência que envolva especialmente as forças da esquerda-revolucionária, para que, a nível nacional e internacional se comprove o caos, a acção das forças "anti-democráticas" e a necessidade de exercer mão-firme.

Na sequência disto, surgiu o 11 de Março, para repor a ordem, acompanhada de características de subversão que levam a supor - como já tivemos ocasião de dizer - uma participação da C.I.A.. Referimo-nos concretamente à lenda da "Matança da Páscoa".

Segundo nós, a forma como se processou o golpe, leva-nos a supor que o mesmo foi sobretudo uma jogada aventureira que serviu de qualquer modo, de balão de ensaio às forças da burguesia e aos sectores militares que a representam e defendem, para lhes permitir apalpar, na prática, a coesão das F.A. em torno do M.F.A., a resistência e a adesão possível das diversas unidades, a atitude dos militares face a qualquer intentona.

Mas tais acontecimentos, são ainda uma das primeiras e mais evidentes manifestações do processo de ruptura que fatalmente terá de surgir no seio do M.F.A. e das F.A.. Na verdade, o M.F.A. não poderia acompanhar a movimentação revolucionária das massas sem uma profunda transformação qualitativa que terá de redondar também nessa ruptura e num consequente confronto.

Porém, dada a consciencialização já operada no seio dos soldados e marinheiros, o oficialato conservador e reaccionário não poderá contar, certamente, com as suas unidades de uma forma maciça, sem que antes se tenha criado todo um terreno político que permita, ainda, que a decisão de intervenção militar tenha uma sanção vinda de militares no poder e que, inclusivamente, até hoje têm acompanhado o processo.

Esse terreno político será criado através da violência praticada pelas forças reaccionárias, que poderá mesmo ter aspectos de terrorismo selectivo ou de atentados e sabotagens. Algumas destas acções serão atribuídas às forças da esquerda e alguns grupos se poderão mesmo deixar envolver levados por acções provocatórias.

A intervenção nascerá, nesta ordem de ideias, em nome da defesa da ordem e da democracia, poderá ganhar mesmo sanção superior, contar com o apoio maioritário até da opinião pública, que após uma fase de instabilidade reagirá favoravelmente à promessa de tranquilidade.

Desta forma se poderá permitir a recuperação pelas forças conservadoras, aos diversos níveis, do processo, assim como se abrirão as portas à repressão.

Julgamos que é nesta estratégia que joga uma organização contra revolucionária como o E.L.P., assim como os diversos partidos da burguesia e forças internacionais que os apoiam.

10 - Na base desta análise atrás feita nos diversos pontos, consideramos as próximas eleições como um meio que a burguesia e as classes possidentes utilizarão para desmobilizar o movimento de massas e empurrar o processo para o campo legal, onde elas sabem ter a vantagem.

Porém, dado o impetuoso avanço revolucionário dos trabalhadores, com o precipitar das contradições e considerando a presença cada vez mais determinante do M.F.A. onde tem prevalecido uma relação de forças favorável à tendência progressista, o capitalismo nacional e o imperialismo irão jogar fora e para além do campo legal.

Assim, consideramos que a função dos revolucionários é trabalhar no âmbito onde a luta se decide - o da luta de classes - desenvolvendo e fomentando a organização autónoma da classe trabalhadora, incentivando a sua capacidade de iniciativa, preparando-a para os próximos e decisivos combates.

11 - Entretanto, em termos eleitorais, a clientela que votaria no P.D.C. fá-lo-á no C.D.S. que continua em plena actividade, se bem que a ausência do atributo "cristão" possa constituir um certo "handicap" para essa frente de direita que se havia estabelecido.

E de qualquer modo, o C.D.S. só virá com esta suspensão engrossadas as suas fileiras.

II

A partir do que atrás dissemos e que são as linhas gerais da análise que fazemos da actual situação portuguesa, consideramos que a nossa acção revolucionária deve incidir primordialmente sobre as seguintes tarefas :

A - Auto-organização operária e camponesa

Nestas circunstâncias concretas do nosso país, qualquer alternativa revolucionária só poderá surgir do desenvolvimento da organização autónoma da classe trabalhadora.

Nesta fase de enfraquecimento do Estado burguês e de crise nos seus principais pilares, ultrapassando o reformismo e o fraccionamento da extrema-esquerda, os trabalhadores só podem contar com as suas próprias forças e com a sua organização.

É fundamental, portanto, que como contra-poder, base de poder futuro, se desenvolvam as comissões revolucionárias de trabalhadores, nas fábricas, campos e empresas. Que estas ultrapassem o seu isolamento e criem uma coordenação a nível local, regional e, finalmente, nacional. Que estes organismos coordenadores se tornem a vanguarda das classes operária e camponesa, os seus porta-vozes e condutores na luta contra o capitalismo e na conquista do poder económico e político, verdadeiros organismos de classe e de luta de classe.

B - CRIAR PODER POPULAR

A concretização desta palavra de ordem está intimamente ligada à tarefa precedente.

É função dos revolucionários promover a criação de organismos de poder popular, como as comissões de moradores, as quais devem assumir as tarefas de gestão colectiva dos assuntos colectivos. É nesta óptica que se integram as nossas acções de ocupação que visaram dois fins essenciais :

- a) desenvolver a capacidade de iniciativa popular contra o legalismo burguês e a passividade imposta pela "ordem" dos dominantes, visando, nesta fase a resolução de problemas imediatos (saúde, serviços materno-infantis, etc.)
- b) levar a população a assumir colectivamente a gestão de infra-estruturas que a ela devem pertencer e dizer respeito, organizando-se em comissões de moradores, se ainda não existem, ou em outros organismos semelhantes.

Estas comissões devem controlar e ocupar a administração local, principiando a modificar, na prática, o antigo aparelho de Estado.

C - AUTODEFESA POPULAR

Um exército realmente popular só pode nascer de um povo em armas. De outro modo, um exército ainda assente na estrutura hierarquizada e tradicional, a qualquer momento pode-se ver, em parte ou no todo, lançado por forças que o controlam, contra o povo de que se pode considerar emanção.

Não são massas decididas mas desarmadas que na rua se poderão bater com forças reaccionárias e dispostas a tudo. Para que os trabalhadores possam, na verdade, assumir o seu destino e resistir contra aqueles, agentes dos interesses nacionais e internacionais, que lho pretendem negar, têm de ter meios - organização e armas.

Assim, consideramos fundamental que nas localidades, nos bairros, nas fábricas e demais locais de trabalho, se criem estruturas de auto-defesa popular, grupos preparados com comissões específicas de vigilância e controlo, e ainda possuindo capacidade de intervenção organizada em circunstâncias de confronto.

Estes grupos de autodefesa popular, que por sua vez se basearão nos demais organismos dos trabalhadores e da população (comissões de trabalhadores, de moradores, sindicatos, etc.), pretenderão ser ainda o germen de futuras verdadeiras milícias populares - objectivo cuja realização deverá passar a ser palavra de ordem dos revolucionários e do movimento de massas.

D - UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

Nunca serão demais os esforços que se fizerem para que, sem abdicação de particularidades e da autonomia política e organizativa, os diversos movimentos revolucionários possam criar, na prática, uma unidade necessária. Assim o exige a luta contra o reformismo e o capitalismo na actual fase do processo.

Sobre pontos precisos e claros, consideramos que tal é possível. Apon-tamos dois que julgamos fundamentais e à volta dos quais poderão convergir os esforços de todos os revolucionários, manifestando-se em acções concretas :

- a luta contra as forças da burguesia e da reacção;
- a luta contra os imperialismos e pela independência nacional.

E - CONTRA A BURGUESIA

Na fase actual de luta de classes no nosso país, a classe trabalhadora

tem de se manter na ofensiva. Desta forma se decidirá a evolução dos acontecimentos, desta forma se defenderá o conquistado e se lutará pelo futuro.

A luta de massas deve, pois, também concentrar-se contra os partidos da burguesia, desmascarando-os e desmascarando o seu carácter de classe, não lhes dando tréguas. Acção de massas não significa acção aventurista e pontual praticada por pequenos grupos.

Outro fim pedagógico que deverá conseguir através deste objectivo tático, é o de claramente mostrar aos trabalhadores e ao povo quem são os seus inimigos de classe, muita vez esbatidos ou indefinidos por detrás do conceito de "reacção", agitação oportunisticamente pelos reformistas que assim pretendem esconder os seus compromissos com essa mesma burguesia.

A reacção é pura e simplesmente a burguesia e os seus partidos.

F - PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Um dos objectivos a prosseguir, essencial à formulação de qualquer projecto revolucionário, é o da independência nacional.

Esta, necessária à liberdade económica, política e cultural dos povos, só poderá nascer livrando-os da dependência em relação a qualquer dos blocos existentes, pelo estreitamento, a todos os níveis, das relações e da colaboração com os novos países africanos de expressão portuguesa e com os demais do chamado "terceiro mundo" que, como nós, enfrentam os diversos imperialismos e lutam pela sua dignidade nacional.

Nesta ordem de ideias, torna-se imperioso lutar em torno de palavras de ordem anti-imperialistas, de solidariedade com os povos sob jugo fascista e contra a permanência de Portugal na N.A.T.O.

G - ALIANÇA TRABALHADORES - SOLDADOS, MARINHEIROS E OFICIAIS REVOLUCIONARIOS

No decurso do processo, esta aliança fundamental tem-se consolidado e é necessário que não se rompa.

"Os soldados são filhos do povo" não só slogan, é um facto. Que vítimas do sentido da hierarquia tradicional e de um trabalho psicológico eventualmente conduzido pelas forças reaccionárias, os soldados não virem as armas contra o povo, é uma necessidade presente na consciência de todos os trabalhadores fardados.

A L.U.A.R. sempre definiu um apoio crítico em relação ao M.F.A. na medida em que não o considera força homogênea politicamente. A comprovar tal facto, o existirem diversos conspiradores recentes que antes pertenciam ao Movimento.

No entanto, não se perdendo num seguidismo oportunista, nem em manifestações de fidelidade exacerbada motivados pela ânsia de um lugar no poder, a L.U.A.R. tem demonstrado, na prática, que apoia e lutará ao lado dos oficiais e demais militares do M.F.A., enquanto as suas acções corresponderem aos anseios das massas trabalhadoras.

Consideramos, ainda, que é fundamental para a concretização do projecto progressista até hoje definido, a criação de organismos de base dos soldados e marinheiros, fundamentais à transformação estrutural do exército saído do antigo regime e do seu aparelho de Estado.

H - PELO PODER DOS TRABALHADORES

Como tentámos mostrar, nas circunstâncias do nosso país, qualquer solução de meio-termo não tem possibilidade de se manter. Quer por razões socio-económicas, quer mesmo pela situação geo-política. Por esta razão, qualquer revolução, para aqui perdurar, tem de ser radical, ir até ao fundo e contar com o apoio incondicional das massas trabalhadoras, dispostas, por ela, a lutar até às últimas consequências.

É preciso, na verdade, que os militares que até hoje têm acompanhado o processo, façam uma opção, uma opção decisiva, uma opção de classe. No seio de uma sociedade dividida em classes, não há posições de equilíbrio que se possam manter entre os dois polos determinantes - explorados e exploradores - muito menos pode haver posições de neutralidade.

Assim, para que pelas suas hesitações ou compromissos esses mesmos militares não sejam responsáveis pela reinstalação neste país de um regime ao serviço dos possidentes e pela manutenção da exploração capitalista, há que decididamente avançar no sentido da construção do socialismo e da conquista do poder pelos trabalhadores.

Para que tais objectivos se atinjam, é necessário lutar por um Governo Popular, nascido da Assembleia de representantes das comissões revolucionárias de trabalhadores, de soldados e marinheiros.

Esta reivindicação estratégica que pode parecer excessiva ou utópica aos "moderados" ou aos que preconizam um pseudo "socialismo" cupulista e estatal, é objectivo realmente revolucionário pelo qual se deve ousar lutar para poder vencer.

I - LUTAR SEMPRE E EM TODAS AS FRENTES

Como revolucionários que queremos ser, coerentes com a sua missão histórica, o nosso combate tem de incidir em todas as frentes :

- na frente sindical, lutando por um sindicalismo de classe e de base, liberto do controlo de burocracias por sua vez submetidas a cupulas partidárias;
- na frente do ensino, da educação, da cultura e da arte, e de todos os demais sectores onde se tem de lançar os germes da sociedade futura;
- na frente da informação para que esta esteja ao serviço da classe trabalhadora.

Há que lutar também para que os sectores da economia actualmente nacionalizados sejam colocados sob o controlo e a gestão dos organismos de base e unitários dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que se devem exigir novos golpes no aparelho económico da burguesia (indústria, comércio externo e grandes grupos no comércio interno, latifúndios) e a resolução de problemas imediatos, como o desemprego, salários, alta do custo de vida, etc.

Medidas estas que só poderão ser profundas e corresponder às necessidades e aos interesses dos trabalhadores, através da transformação radical do sistema, para que seja possível mudar a vida.

Não temos qualquer dúvida sobre as barreiras que os operários e camponeses de Portugal terão de vencer para atingir a sua emancipação.

Barreiras levantadas pelas velhas tiranias e pelos novos candidatos ao poder, por aqueles cuja existência enquanto que classes predominantes está em jogo e pelos que quererão ganhar privilégios governando em nome e em vez de quem trabalha.

A resistência dos possidentes é evidente que será feroz. Interesses importantes estão em jogo. O capitalismo e o imperialismo não hesitarão perante os meios - como não têm hesitado noutras partes do mundo - para se manterem e aqui dominarem.

Da organização dos trabalhadores e da sua decisão, da coerência dos revolucionários, da sua firmeza e honestidade, da solidez da aliança que se consiga estabelecer com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas, dependerá o futuro do nosso país e do seu povo.

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA !

Comissão Política e Executiva

Março de 1975